



**Prática de responsabilidade corporativa sustentável: legitimidade a partir da evidenciação e do *disclosure* voluntário em instituições financeiras de acordo com o relato integrado segundo o IIRC**

**Pedro Junior de Oliveira Trocz**

UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
pedrojunior94@yahoo.com

**Lucas Précoma Lorenzini**

UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
lplorenzini@gmail.com

**Delci Grapegia Dal Vesco**

UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
delcigrape@gmail.com

**Silvana Anita Walter**

UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
silvanaanita.walter@gmail.com

**Resumo**

Exigências demandadas pela sociedade, governo e stakeholders para adoção de práticas de responsabilidade corporativa sustentável nas empresas e para a divulgação das mesmas, fez com que surgisse o Relato Integrado. O objetivo deste estudo foi analisar a busca por legitimidade a partir da evidenciação do *disclosure* voluntário relacionado à prática de responsabilidade corporativa sustentável em instituições financeiras de acordo com o relato integrado segundo o *International Integrated Reporting Council* (IIRC). Foi realizada uma pesquisa qualitativa e documental, a qual explorou os Relatos Integrados das instituições financeiras Itaú Unibanco e Bradesco do ano de 2018. Os resultados denotam que o Itaú Unibanco possui uma média levemente superior do nível de evidenciação dos elementos de conteúdo, presentes na estrutura do IIRC. Porém, percebeu-se semelhança no processo de divulgação de informações sustentáveis as quais excedem o exigido por lei. Concluiu-se que as mesmas divulgam consideráveis informações de maneira voluntária. A divulgação dessas informações pode oferecer legitimidade às organizações, o que pode trazer benefícios como credibilidade e prestígio, favorecendo a sobrevivência e o sucesso organizacional. O estudo trouxe contribuições no âmbito acadêmico, por aproximar a teoria discutida na academia com a prática encontrada nas empresas e, ainda, contribuições aos usuários das informações contábeis ao analisar informações pertinentes aos anseios cobrados pela sociedade. E ainda, contribuições no âmbito corporativo, ao proporcionar aos gestores comparar evidências dos RI com a estrutura conceitual do IIRC, permitindo assim, as empresas adequarem e reverem o alinhamento de suas relações com os *stakeholders*.

**Palavras-chave:** Vieses Cognitivos. Excesso de Confiança. Estudantes de Ciências Contábeis.

ISSN: 1984-6266

Recebimento:

15/03/2021

Aprovação:

28/09/2021

Editor responsável pela aprovação do artigo:

Dra. Nayane Thays Kespi Musial

Editor responsável pela edição do artigo:

Dra. Luciana Klein

Avaliado pelo sistema:

*Double Blind Review*

A reprodução dos artigos, total ou parcial, pode ser feita desde que citada a fonte.



DOI:

<http://dx.doi.org/10.5380/rcc.v14i1.80037>

## SUSTAINABLE CORPORATE RESPONSIBILITY PRACTICE: LEGITIMACY FROM THE VOLUNTARY EVIDENCING AND DISCLOSURE IN FINANCIAL INSTITUTIONS ACCORDING TO THE INTEGRATED REPORT ACCORDING TO THE IIRC.

### ABSTRACT

Demands from society, government and stakeholders for the adoption of sustainable corporate responsibility practices in companies and their disclosure have led to the emergence of Integrated Reporting. The objective of this study was to analyze the search for legitimacy from the voluntary disclosure related to the practice of sustainable corporate responsibility in financial institutions according to the integrated report according to the International Integrated Reporting Council (IIRC). A qualitative and documentary research was conducted, which explored the Integrated Reports of the financial institutions Itaú Unibanco and Bradesco for the year 2018. The results denote that Itaú Unibanco has a slightly higher average of the evidencing level of the content elements, present in the IIRC structure. However, similarities were noted in the process of disclosure of sustainable information that exceeds what is required by law. It was concluded that they disclose considerable information on a voluntary basis. The disclosure of this information can offer legitimacy to the organizations, which can bring benefits such as credibility and prestige, favoring the survival and the organizational success. The study brought contributions in the academic field, by bringing together the theory discussed in the academy with the practice found in companies, and also contributions to the users of accounting information by analyzing relevant information to the desires demanded by society. And also, contributions in the corporate sphere, by providing managers to compare IR evidence with the IIRC conceptual framework, thus allowing companies to adjust and review the alignment of their relationships with stakeholders.

**Keywords:** Integrated Reporting; Content Elements; Financial Institutions; Voluntary Disclosure; Institutional Legitimacy.

### 1 Introdução

As questões ambientais e sociais ocasionam debates na sociedade no mundo corporativo. Essas discussões são alinhadas com as cobranças feitas às empresas pelo governo, pelos stakeholders e pela sociedade, desse modo, se faz necessário à adoção de estratégias sustentáveis e de prestações de contas sobre o desempenho e o impacto nos âmbitos econômicos, ambientais, culturais e sociais (Nagano, Kassai, Kussaba, & Carvalho, 2014).

Perante as exigências e pressões advindas dos agentes econômicos, as empresas começaram a aprimorar suas condutas de responsabilidade corporativa e instauraram publicações que deram transparência às referidas condutas (Lenzen, Dey, & Murray, 2004; Conceição, Dourado, Baqueiro, Freire, & Brito, 2011). Com o tempo, essas informações começaram a ser divulgadas em relatórios. Esses relatórios têm passado por remodelagem visando aprimorar a responsabilidade corporativa, contudo registram-se várias críticas a esses novos modelos (Zaro, 2015). Entre as críticas, tem-se que as empresas demonstram informações e gráficos para reportar somente informações positivas das corporações (Daub, 2007). A existência do gerenciamento de impressões no uso de gráficos ambientais de algumas empresas e, ainda sobre que os relatórios de governança corporativa anuais são muito extensos, os quais contemplam uma série de informações desnecessárias (Michelon & Patten, 2012).

Para aperfeiçoar a divulgação de informações e solucionar críticas feitas aos relatórios já existentes, o Internacional Integrated Reporting Council (IIRC) apresentou o Relato Integrado (RI), o qual foi considerado uma nova forma de relatar os dados econômicos, financeiros e não-financeiros, reduzindo incongruências entre os discursos dos relatórios financeiros de sustentabilidade, de governança corporativa e relatórios sociais

(Peixoto & Martins, 2015). Em adição, o RI possui uma estrutura internacional a qual utiliza uma abordagem apoiada em princípios e elementos de conteúdo das práticas sustentáveis (Zaro, 2015).

A proposta fundamental do RI é a aprimorar o *disclosure* voluntário das organizações, no sentido de harmonizar as informações das demonstrações contábeis já existentes, com dados da gestão integrada na sustentabilidade dos negócios (Thomson, 2015). Uma vez que, os usuários externos das informações contábeis possuem demandas crescentes sobre o *disclosure*, o qual denota a valorização dos recursos humanos, distribuição de recursos naturais e impacto ambiental da atuação das entidades no âmbito econômico (Conceição, Dourado, Baqueiro, & Brito, 2011).

Índices elevados de divulgação atendem às expectativas de clientes, investidores, fornecedores, consumidores, governo e sociedade a respeito da transparência, e o mercado tende a valorizar essa prática (Bushman & Smith, 2001). De acordo com Scott (2008), as organizações necessitam de credibilidade e aceitação social para prosperarem e sobreviverem, o que pode ser definido pelo conceito de legitimidade oriundo da teoria institucional. A adesão a uma prática legitimada proporciona respeito aos adotantes, estimulando a adesão a ela (Weber, 1999).

Estudos tanto na literatura internacional e nacional já exploraram e contribuíram com temáticas em torno do RI. Indagações sobre análises comparativas a estrutura conceitual (Breu, Zaro, Luiz, Bellen, & Vicente, 2016; Peixoto & Martins, 2015; Zaro, 2015; Kussaba, 2015), eventos que contribuíram para evolução do RI (Nagano, Kassai, Kussaba, & Carvalho, 2014), criação de valor por meio das informações financeiras no RI (Alves, Kassai, Lucas, & Ferreira, 2017), críticas à estrutura do IIRC (Thomson, 2015), presença no Balanço Social dos princípios básicos e elementos de conteúdo propostos RI (Reitas & Freire, 2017), benefícios e desafios na sua adoção (Adams & Simnett, 2011; McNally, Cerbone, & Maroun, 2017). Apesar dos resultados alcançados com estes estudos, percebe-se a carência de pesquisas que abordem a divulgação dos elementos de conteúdo de acordo com a estrutura conceitual em instituições financeiras em períodos recentes, bem como que avaliem aspectos de legitimidade envolvidos.

Diante do apresentado, a questão que norteia a presente pesquisa é: Há elementos de legitimidade relacionados à Prática de responsabilidade corporativa sustentável a partir da evidenciação do *disclosure* voluntário em instituições financeiras de acordo com o relato integrado segundo o IIRC? Para responder a essa questão, o presente estudo tem por objetivo analisar a busca por legitimidade a partir da evidenciação do *disclosure* voluntário relacionado à prática de responsabilidade corporativa sustentável em instituições financeiras de acordo com o relato integrado segundo o IIRC.

Esse estudo poderá contribuir ainda, no âmbito corporativo, ao proporcionar aos gestores compararem a harmonia dos RI com a estrutura conceitual do IIRC uma vez que essa estrutura auxilia os gestores a pensarem seus modelos de negócios numa visão holística que reconhece as oportunidades, riscos e os impactos relacionados à sustentabilidade empresarial sob o enfoque social, ambiental e econômico. Contribuirá também por discutir a geração de informação produzida pelas empresas aos seus stakeholders, uma vez que apesar de os investidores possuírem acesso às informações divulgadas pelas empresas, isso não se traduz em uma visão mais abrangente do desempenho organizacional. Portanto o RI poderá minimizar esse efeito uma vez que produz informações sobre o desempenho ambiental, social e de governança em um único relatório.

O estudo está estruturado em cinco seções. Além desta introdução, o artigo apresenta na segunda seção o referencial teórico que proporciona sustentação teórica ao estudo, o qual aborda sobre a teoria do *disclosure* voluntário, relato integrado e estudos anteriores, a terceira seção apresenta a metodologia adotada na pesquisa, na quarta seção, apresentam-se as análises dos resultados e a seção cinco contém as considerações finais.

## 2 Referencial Teórico

Nesta seção é elencado um debate sobre a teoria do disclosure voluntário, suas abordagens e definições e, logo após, discute-se sobre o relato integrado, abordam-se os estudos internacionais e nacionais, com seus principais objetivos e resultados encontrados e por último, apresenta-se conceitos de legitimidade.

### 2.1 Teoria do *Disclosure* Voluntário

A informação contábil está relacionada aos objetivos da contabilidade de mensurar a conjuntura de episódios econômicos financeiros das organizações e transmitir os resultados às partes interessadas (Yamamoto & Salotti, 2006). Entretanto, a empresa, ao apresentar *disclosure* com informações claras, objetivas e com dados minuciosos, propicia ganho de relevância e utilidade na tomada de decisões para seus usuários (Magro, Manfroi, Cunha, & Nogueira, 2015).

O *disclosure* de uma empresa desperta interesse dos investidores e operadores do mercado de capitais (Gomes, Luca, Vasconcelos, & Ponte, 2015). E ainda segundo os autores, quanto maior a qualidade da informação divulgada, menor é a assimetria de informação, resultando em menos conflitos de agência.

Contudo, observa-se que o *disclosure* da maioria das empresas excede o nível exigido em lei, segundo Verrecchia (2001), este aumento no grau de divulgações é condicionado pelo fato da disponibilidade de dados que os controladores decidem divulgar de maneira voluntária. Ball (2006) expõe que o *disclosure* voluntário, atrela o comportamento de incorporar informações adicionais às demonstrações contábeis, pelo fato de gerar vantagem competitiva para os investidores. Ademais, Lanzana (2004) relata *disclosure* voluntário, como uma oportunidade para que as empresas forneçam à sociedade informações de seu desempenho, estratégia, visão de mercado, programas de investimentos e de responsabilidades corporativas.

Entretanto, existem inúmeros debates na literatura e no mundo corporativo sobre a credibilidade do *disclosure* voluntário. Healy e Palepu (2001) questionam o fato de os gestores, na maioria das vezes, receberem incentivos pessoais no ato da realização de divulgações e que esse tipo de *disclosure* não possa ser auditado. Ferreira e Resende (2007) relatam que algumas informações voluntárias que os administradores divulgam podem ser analisadas somente futuramente, como é o caso de novos investimentos.

Com vistas a compreender as consequências oriundas da divulgação voluntária de informações corporativas, Verrecchia (2001) propôs em seu estudo três grupos da prática de *disclosure* voluntário, os quais estão descritos a seguir: a) Divulgação baseada em associação: Na análise desse grupo, as divulgações ocorrem por meio de efeitos ocasionados por agentes econômicos, com a associação entre o *disclosure* e variáveis do mercado; b) Divulgação baseada em eficiência: Neste tipo de divulgação, parte-se da premissa que a divulgação das informações é determinada anteriormente ao se obter conhecimento sobre ela, de uma maneira em que se investiga a existência de alguma forma de divulgação que promova e se relaciona com a eficiência econômica; c) Divulgação baseada em julgamento: Neste tipo de divulgação os gestores exercem discricionariedade e escolhas no processo de divulgação, de modo que o *disclosure* é considerado um evento endógeno e os gestores possuem incentivos para divulgar voluntariamente cada informação desde que estes estejam alinhados aos seus interesses.

Conforme apresentado nesta seção, percebe-se que a divulgação pode estar relacionada a fatores de mercado, busca por melhor reputação da imagem corporativa e, ainda, a outros fatores, como quando os objetivos das partes interessadas não estão alinhados, existindo então, interesse próprio e possivelmente uso de discricionariedade no gerenciamento de informações.

## 2.2 Relato Integrado

As informações relacionadas à sustentabilidade ganharam relevância no que se refere à transparência exigida das organizações por meio do relatório integrado. Este, por sua vez, tem o papel de integrar e divulgar relatórios com informações de sustentabilidade visando sanar a necessidade de obtenção de melhores relações entre sociedade e organizações (Lopez, 2004).

O fórum Accounting for Sustainability Project (A4S), juntamente com o Global Reporting Initiative (GRI) e a International Federation of Accountants (IFAC), em dezembro de 2009, constataram a necessidade de criar uma organização com o objetivo desenvolver um modelo de relatório corporativo, o qual evidenciasse o desempenho das empresas de maneira integrada e conectada, e assim, refletir suas estratégias (Higuchi, Campos, Kassai, & Carvalho, 2015).

Após alguns meses da realização deste fórum, essas entidades criaram uma organização denominada IIRC, composta por órgãos reguladores, investidores, profissionais contábeis, organizações não governamentais e empresas de nível global que compartilham a visão da geração de valor e das práticas sustentáveis (Zaro, 2015). Cumprindo com o objetivo da criação dessa organização, o modelo de RI, permite desenvolvimento no processo de gestão e comunicação corporativa sobre práticas sustentáveis (Mantovani, Jael, Lee, Bezerra, & 2017).

Este modelo de relatório possibilita conectividade entre informações de natureza econômico-financeiros e dados sócios ambientais (Stubbs & Higgins, 2014). Além disso, a divulgação de informações por meio do RI é tida como um pré-requisito para a manutenção de uma imagem institucional positiva junto à clientes, fornecedores e investidores e, também, como diferencial competitivo (Conceição, Baqueiro, Freire, & Brito, 2011; Thomson, 2015).

A estrutura internacional para o RI tem como propósito atender a necessidade de estabelecer alicerces para o futuro, pois o modelo norteia princípios básicos e elementos de conteúdo indispensáveis para a divulgação das informações corporativas (IIRC, 2013). Afinal, os elementos de conteúdo, presentes na estrutura conceitual do RI, são informações que se relacionam entre si, denominados como categorias de informação em forma de perguntas e subcategorias elencadas a cada elemento (Kussaba, 2015).

## 2.3 Estudos Anteriores

Rensburg e Botha (2014) examinaram os RI de empresas da África do Sul durante o processo de implementação. Os pesquisadores observaram que a avaliação dos resultados das empresas está totalmente ligada à divulgação de informações de responsabilidade corporativas sustentáveis contidas nos RI.

Kussaba (2015) verificou de que forma algumas empresas participantes do projeto piloto do IIRC, divulgaram os elementos de conteúdo propostos pela estrutura conceitual para RI nos seus documentos de 2013 e de 2014. Desse modo, verificou-se que a divulgação de governança, estratégia e alocação de recursos na empresa Natura, apresentaram os itens propostos dentro dos referidos elementos de conteúdo. Já na empresa Itaú, o elemento de conteúdo que teve maior crescimento numérico de itens divulgados foi o de governança.

Zaro (2015) analisou de que forma as empresas brasileiras atenderam aos elementos de conteúdo da estrutura conceitual em suas publicações referente a 2013. Dentre os resultados, destaca-se a apresentação do modelo de negócios da empresa Fibria o qual apresenta um exemplo de relatório sucinto em que a empresa divulga o maior número de elementos de conteúdo.

Mantovani, Bezerra e Santos (2017) verificaram como a empresa BRF S.A. divulga os capitais propostos pela estrutura conceitual no RI. Os resultados mostram que na divulgação dos capitais seja financeiro, intelectual, humano, social e/ou ambiental, as regras foram totais ou parcialmente obedecidas.

## 2.4 Legitimidade Institucional

Alguns conceitos são centrais para a teoria institucional, entre eles, o de instituição. Segundo Scott (2008), as instituições restringem os comportamentos por meio da definição de limites legais, morais e culturais, distinguindo as atividades tidas como legítimas e ilegítimas. Mas também apoiam e autorizam atores e atividades. Assim, as instituições tanto proíbem e restringem quanto fornecem diretrizes e recursos para ações (Scott, 2008).

Scott (2008) apresenta três pilares fundamentais para as instituições: regulador, normativo e cultural-cognitivo. Segundo o primeiro, as instituições se apoiam em um sistema estável de regras formais e informais ao qual os indivíduos e as organizações se ajustam para atingir seus interesses. No pilar normativo, a ênfase está nos valores e normas que sustentam as instituições: os valores são concepções sobre o desejável ou o preferível e as normas consistem em como as coisas deveriam ser feitas, ou seja, os meios adequados para obter os fins desejados. O pilar cognitivo-comportamental refere-se ao conjunto de crenças, ideias e conhecimentos internos que é afetado por estruturas sociais externas que pode proporcionar estrutura às instituições.

As organizações costumam incorporar práticas e procedimentos institucionalizados na sociedade, obtendo legitimidade e ampliando a probabilidade de sobrevivência no mercado (Meyer & Rowan, 1977). A legitimidade, segundo Suchman (1995), consiste em uma percepção ou suposição geral de que determinadas ações de uma entidade são desejáveis ou socialmente apropriadas dentro de um sistema específico de normas, valores e convicções.

Para Weber (1999), existe uma ordem legítima que norteia toda ação e relação social, de modo que a legitimidade é a crença social em algo. Para que uma prática conquiste legitimidade, é importante que a maioria dos indivíduos do grupo a aceite como válida. Depois de legitimada, a adesão à prática proporciona respeito aos adotantes, estimulando a adesão a ela. Os atores podem considerar valores, normas e convicções diferentes como verdadeiras, mas costumam se orientar por regras respeitadas pela maioria das pessoas. A obediência a essa prática legitimada ocorre mais por adesão do que por coação (Weber, 1999).

Scott (2008) destaca que a legitimidade reflete consonância a leis e regras, apoio normativo ou alinhamento a estruturas cultural-cognitivas. Ela consiste em um valor simbólico que é ostentado externamente e ocorre pela autorização ou adesão dos atores do ambiente. Os três pilares institucionais proporcionam bases para a legitimidade. Para a ênfase reguladora, as organizações adquirem legitimidade operando em conformidade com as exigências e a não obediência a essas regras pode gerar sanções formais ou informais. Na concepção normativa, a legitimidade é avaliada com uma base moral e ao desrespeitar as normas, os violadores poderão experimentar sentimentos como de senso de vergonha ou desgraça e, os que cumprem as normas, ao contrário, as normas os que que cumprem nha ou desgra normativa de insitituipectiva normativa das instituiposiormalizados e realizados por orgulho e honra. A visão cultural-cognitiva aponta que a legitimidade se apoia em compreensões pré-conscientes do que é considerado como certo (Scott, 2008).

Transportando esse conceito para a análise do compartilhamento de práticas de responsabilidade corporativa sustentável em instituições financeiras, infere-se que essas organizações tendem a adotar certas práticas em busca de legitimidade. A divulgação de informações de acordo com o relato integrado segundo o IIRC pode oferecer benefícios aos adotantes como respeito, prestígio, reputação positiva, orgulho ou outros por meio da legitimação dessa prática.

### 3 Metodologia

O delineamento deste estudo classifica-se como pesquisa descritiva, documental e qualitativa, com posicionamento epistemológico positivista. Os sujeitos de pesquisa consistem em duas instituições financeiras, sendo elas o banco Itaú Unibanco e o banco Bradesco. Os dados foram coletados dos RI das referidas empresas no ano de 2018, os quais, conjuntamente, perfizeram 85 páginas.

As categorias de análise são: *disclosure* voluntário relacionado à prática de responsabilidade corporativa sustentável em instituições financeiras de acordo com o relato integrado segundo o IIRC: visão geral da organização e de seu ambiente externo; governança; modelo de negócios; riscos e oportunidades; estratégia e alocação de recursos; desempenho; perspectiva e base para preparação e apresentação (Relato Integrado do IIRC, 2013) e Legitimidade: a legitimidade é entendida como a consonância a leis e regras, apoio normativo ou alinhamento a estruturas cultural-cognitivas (Scott, 2008) que proporcionam uma percepção de que determinadas ações são desejáveis ou socialmente apropriadas para as organizações de acordo com um sistema específico de normas, valores e convicções (Suchman, 1995).

Em relação à análise dos dados, foi empregada a técnica de análise de conteúdo temática de Bardin, a qual consiste em descrever o conteúdo de mensagens, e ainda, isolar os temas de um texto recolhido e retirar as partes aproveitáveis e correlacionáveis ao problema da pesquisa (Bardin, 2010). Nesta pesquisa, foram minerados trechos, após a leitura dos relatórios.

Foram analisadas as frequências das subcategorias que compõe cada elemento de conteúdo, e compararam-se os percentuais de evidenciação entre as duas instituições.

### 4 Análise dos Resultados

Nesta seção são apresentados os resultados da pesquisa, incluindo tabelas com as frequências sem que os elementos de conteúdo aparecem no RI das empresas e as descrições de como esses elementos estão sendo divulgados e relaciona à legitimidade.

#### 4.1 Visão geral organizacional e ambiente externo

No que tange ao elemento de conteúdo “Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo”, cuja questão norteadora é: “O que a organização faz e quais são as circunstâncias em que ela atua?” (IIRC, 2013, p.24), o Quadro 1 descreve os elementos evidenciados nos RI.

Observa-se que, de um total de 18 subcategorias, o Itaú Unibanco divulgou 17 subcategorias, isso representa um nível de evidenciação de 94,44 %. Já a empresa Bradesco, divulgou 13 subcategorias, a qual totalizou um nível de 72,22 % de evidenciação para este elemento. Por mais que a empresa Itaú possua um nível superior de evidenciação, ambas atendem de maneira clara e objetiva a divulgação de informações que compõem esse elemento.

**Quadro 1- Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo**

| Visão Geral e Ambiente Organizacional  | Instituição  |   |
|--|--|---|
|  | Itaú Unibanco  | Bradesco  |
| 1.1 – Missão   | Estimular o poder de transformação das pessoas   | Contribuir para a realização das pessoas e para o desenvolvimento sustentável   |
| 1.2 – Visão  | Ser o banco líder em desempenho sustentável e em satisfação dos clientes   | A opção preferencial do cliente, tanto no mundo físico quanto no digital  |
| 1.3 – Cultura, Ética e Valores   | A ética está à frente dos negócios e os valores em ter transparência com seus relacionamentos                                  | O valor em o cliente como razão da existência da organização e ainda a ética em todas as atividades e relacionamentos                             |
| 1.4 - Composição acionária   | Em 2018 a empresa chegou a ter 4.96 milhões de ações   | A estrutura societária  |
| 1.5 - Estrutura operacional  | A empresa possui assembleia geral, conselho fiscal, conselho de administração, diretoria e o comitê de divulgação e negociação | A empresa possui assembleia geral, conselho fiscal, conselho de administração, diretoria e o comitê de divulgação                                 |
| 1.6 - Principais atividades  | O mix de produtos e serviços ofertados pela empresa  | Especializações em banco de investimentos, cartões, plataforma de investimentos, consórcios.  |
| 1.7 - Principais mercados  | Através um mapa suas atividades no Brasil e no exterior  | Especializações em banco de investimentos, cartões, plataforma de investimentos, consórcios, financiamentos                                       |
| 1.8 - Panorama competitivo e posicionamento no mercado e na cadeia de valor  | O aumento da concorrência e da consolidação no setor de serviços financeiros no Brasil   | -   |
| 1.9 - Informações quantitativas, destacando mudanças significativas  | O número de colaboradores e o percentual de gêneros  | -   |
| 1.10 - Fatores ignificativos que afetam o ambiente externo e que afetam a capacidade da organização de gerar valor | Mudanças climáticas, direitos humanos, governança, corrupção e bem-estar social  | A economia que demonstra sinais de recuperação  |
| 1.11 - Interesses e necessidades legítimos de suas partes interessadas   | -  | -   |
| 1.12 -Condições macro e microeconômicas  | Dois gráficos, um sobre o crescimento do PIB mundial e o outro sobre o PIB brasileiro  | Relato que a inflação e juros estão em patamares reduzidos  |
| 1.13 - Forças de mercado   | Forte concorrência tradicional impulsionados pelo uso de tecnologias   | -   |
| 1.14 - Velocidade e efeito de mudanças tecnológicas  | Foco no contínuo no aumento de produtividade na área de tecnologia e difusão da mentalidade digital                            | Constante investimento com tecnologia e inovação no setor financeiro, o que permite a empresa estar à frente das constantes mudanças tecnológicas |
| 1.15 - Temas de ordem social   | A globalização e a mudança do perfil dos consumidores.   | -   |
| 1.16 - Desafios ambientais   | O apoio a projetos dessa natureza  | Vestimentos frente aos desafios ambiental   |
| 1.17 - Ambiente legislativo e regulatório no qual a organização atua   | Os principais órgãos e entidades que regulamentam o setor  | As entidades regulatórias do setor entre elas a KPMG (Auditores Independentes)  |
| 1.18 - Ambiente político em países onde a organização atua   | A empresa está presente em 19 países com foco na América Latina  | Os países de atuação profissional.  |

Fonte: Dados da pesquisa (2019).



## 4.2 Governança

Em relação ao elemento de conteúdo “Governança” cuja questão norteadora é: “Como a estrutura de governança da organização apóia sua capacidade de gerar valor em curto, médio e longo prazo?” (IIRC, 2013, p.25), o Quadro 2 descreve os elementos evidenciados nos RI.

**Quadro2 - Governança**

| Governança<br>Subcategorias   | Instituições   |   |
|---|--|---|
|   | Itaú Unibanco  | Bradesco  |
| 2.1 - Estruturas de liderança   | Possui assembléia geral, conselho fiscal, conselho de administração, diretoria e o comitê de divulgação e negociação             | A estrutura da governança   |
| 2.2 - Habilidade e diversidade dos responsáveis pela governança   | -  | -   |
| 2.3 - Exigências regulatórias que influenciam o design da estrutura de governança e práticas de governança que excedem as exigências legais     | -  | -   |
| 2.4 - Processos específicos usados na tomada de decisão   | A empresa divulga o conselho fiscal, órgão independente que atua de forma insubordinada à administração e dos auditores externos | Códigos de conduta éticos setoriais que estabelecem padrões considerando as especificidades           |
| 2.5 - Ações específicas tomadas por responsáveis da governança para influenciar e monitorar a direção estratégica da organização                | Evidenciado também sobre o conselho fiscal, o qual tem como objetivo fiscalizar as atividades da administração                   | A conduta ética traz os procedimentos que garantem os princípios de integridade                       |
| 2.6 - Como a cultura, ética e valores da organização se refletem nos capitais que a empresa usa e afeta   | A empresa adota a política corporativa de prevenção à corrupção  | Comitê executivo de prevenção e combate à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo           |
| 2.7 - Responsabilidade da governança em promover e facilitar a inovação   | Políticas corporativas de integridade e ética  | O programa de integridade bradesco, que tem como foco coibir a conduta inapropriada dos colaboradores |
| 2.8 – Sistema de compensação e incentivos está vinculado à geração de valor, na forma de utilização e no uso e relacionamento entre os capitais | -  | Um processo de <i>feedback</i> com foco no desenvolvimento, no reconhecimento e no alinhamento        |

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Observa-se que de um total de 8 subcategorias, o Itaú Unibanco divulgou 5 subcategorias, isso representa um nível de evidenciação de 62,50%. Enquanto o Bradesco divulgou 6 subcategorias, perfazendo um nível de 75% de evidenciação. Percebe-se que as empresas adotam mecanismos para uma gestão ética e transparente entre as partes interessadas.

## 4.3 Modelo de negócios

Sobre o elemento de conteúdo “Modelos de negócios” cuja questão norteadora é: “Qual é o modelo de negócios da organização?” (IIRC, 2013, p.25), o Quadro 3 descreve os elementos evidenciados nos RI.

**Quadro 3 - Modelo de negócios**

| Modelo de Negócios  | Instituição   |   |
|---|---|---|
|   | Itaú Unibanco   | Bradesco  |
| 3.1 - Conteúdo modelo de negócios   | Elementos do modelo de negócios através de um diagrama  | Especializações em banco de investimentos, plataforma de investimentos, financiamentos e cartões              |
| 3.2 - Explícita os principais elementos do modelo de negócios através de um diagrama                                | Elementos do modelo de negócios através de um diagrama  | -   |
| 3.3 - Fluxo lógico que leva em consideração as circunstâncias particulares da organização                           | Elementos do modelo de negócios através de um diagrama  | -   |
| 3.4 - Identificação de partes interessadas  | Os colaboradores, clientes, acionistas e sociedade  | Relacionamento com os agentes em torno da organização, sócios, colaboradores e fornecedores correspondentes   |
| 3.5 - Para o modelo de ligação com informações cobertas por outros elementos de conteúdo                            | Que para manter e aumentar o desempenho, sempre está aprimorando processos de políticas e ferramentas de crédito                    | -   |
| 3.6 - Principal insumo  | O capital financeiro  | O capital financeiro  |
| 3.7 - Principais recursos do seu modelo de negócios   | O capital financeiro, humano, intelectual, manufaturado, natural e social de relacionamento   | Os capitais financeiro, humano e intelectual  |
| 3.8 - Discussão sobre a natureza e a magnitude das compensações significativas que influenciam a seleção de insumos | -   | -   |
| 3.9 - Como a organização se diferencia no mercado   | O foco no relacionamento com o cliente está trazendo horários de atendimento diferentes dos concorrentes                            | Ser o primeiro banco para os clientes, oferecendo soluções e serviços de acordo com os seus diferentes perfis |
| 3.10 - Dependência de geração de receitas a partir do ponto de vendas iniciais, como sistemas de garantia           | -   | -   |
| 3.11 - Como a organização aborda a necessidade de inovar  | O desafio de acelerar o processo de transformação digital com aumento contínuo de produtividade na área de tecnologia da informação | A empresa possui um mecanismo denominado inovabra inteligência artificial                                     |
| 3.12 - Informações sobre como o modelo de negócios foi projetado para se adaptar a mudanças                         | -   | -   |
| 3.13 - As contribuições materiais ao sucesso da organização   | Remuneração, participação nos lucros, benefícios e encargos   | A organização investe em qualificação aos seus colaboradores  |
| 3.14 - Produtos e serviços que precisam ser discutidos no âmbito da divulgação                                      | Plataforma de investimentos, consórcios e financiamentos  | Cartões, plataforma de investimentos, consórcios, seguros e financiamentos                                    |
| 3.15 - Divulgação de seus subprodutos   | -   | -   |
| 3.16 - Impactos internos e externos, positivos e negativos  | O valor gerado e adicionado à sociedade   | Apresentados os indicadores de sustentabilidade   |
| 3.17 - Múltiplos modelos de negócios  | -   | -   |
| 3.18 - Divulgação contra a necessidade de reduzir complexidade  | -   | -   |

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Observa-se que de um total de 18 subcategorias, o Itaú Unibanco divulgou 16 subcategorias, isso representa um nível de evidenciação de 72,22%. Já o Bradesco divulgou 10 subcategorias, o qual totalizou um nível de 55,55 % de evidenciação para este elemento. Desse modo, percebe-se que as empresas adotam mecanismos para que se tenha uma gestão ética e transparente entre as partes interessadas.

#### 4.4 Riscos e oportunidades

Em relação ao elemento de conteúdo “Riscos e oportunidades” cuja questão norteadora é: “Quais são os riscos e oportunidades específicos que afetam a capacidade que a organização tem em gerar valor em curto, médio e longo prazo, e como a organização lida com eles?” (IIRC, 2013, p.27), o Quadro 4 descreve os elementos evidenciados nos RI.

**Quadro4-** Riscos e Oportunidades

| Riscos e Oportunidades<br>Subcategorias  | Instituição  |  |
|--|--|--|
|  | Itaú Unibanco  | Bradesco   |
| 4.1 - Fonte específica de riscos e oportunidades interna (decorrentes das atividades empresariais da organização), externa (decorrentes do "ambiente externo") ou uma mistura das duas | Acompanhar os desafios e riscos do nosso negócio, continuando a eleger prioridades estratégicas que nortearão nossas ações nos próximos anos | A empresa está respaldada em existir uma área específica por identificar e monitorar os riscos emergentes na tentativa de antecipar e mitigar seus efeitos |
| 4.2 - Probabilidade e a magnitude dos riscos e oportunidades   | -  | -  |
| 4.3 - Medidas específicas tomadas para minimizar ou gerenciar os principais riscos   | A empresa possui uma estrutura dedicada informações de riscos  | A empresa monitora os riscos e os controles relacionados à anticorrupção   |

Fonte: Dados de pesquisa (2019).

Percebe-se que no total de 3 subcategorias, o Itaú Unibanco divulgou 2 subcategorias, isso representa um nível de evidenciação de 66,66%. Porém, a empresa Bradesco também divulgou as mesmas 2 subcategorias, o qual totalizou um nível de 66,66 % de evidenciação para este elemento. Percebe-se que as empresas divulgaram informações com os principais riscos e oportunidades que podem afetar a organização em curto, médio e longo prazo.

#### 4.5 Estratégias e Alocação de Recursos

No tocante sobre o elemento de conteúdo “Estratégias e Alocação de Recursos” cuja questão norteadora é: “Quais são os riscos e oportunidades específicos que afetam a capacidade que a organização tem de gerar valor em curto, médio e longo prazo e como a organização lida com eles?” (IIRC, 2013, p.27), o Quadro 5 descreve os elementos evidenciados nos RI.

Observa-se que no total de 8 subcategorias, o Itaú Unibanco divulgou 4 subcategorias, isso representa um nível de evidenciação de 50%. Porém, a empresa Bradesco divulgou 5 subcategorias, o qual totalizou um nível de 62,50% de evidenciação para este elemento. Pois o Bradesco demonstrou de maneira bem explícita suas estratégias enquanto o Itaú Unibanco não fez menção de informações, desse modo, dificultou o cumprimento da estrutura conceitual.

**Quadro 5 - Estratégias e Alocação de Recursos**

| Estratégias e Alocação de Recursos   | Instituição  |   |
|--|--|---|
|  | Itaú Unibanco  | Bradesco  |
| 5.1 - Objetivos estratégicos   | A centralidade no cliente, transformação digital, gestão de riscos, rentabilidade sustentável e gestão de pessoas  | Disseminar o compromisso corporativo, garantir a adoção das melhores práticas de educação corporativa                                     |
| 5.2 - Estratégias que a empresa estabeleceu ou pretende implementar para o alcance de seus objetivos estratégicos                    | A centralidade no cliente, transformação digital, gestão de riscos, rentabilidade sustentável e gestão de pessoas  | A empresa evidencia em: disseminar o compromisso corporativo, garantir a adoção das melhores práticas de educação corporativa             |
| 5.3 - Planos de alocação de recursos para programar sua estratégia   | Ser uma empresa referência em satisfação de clientes e assim aumentando a criação de valor de forma sustentável  | Captar recursos por meio de desenvolvimento interno e de parcerias estratégicas   |
| 5.4 - Medir as realizações e os impactos almejados em curto, médio e longo prazo   | -  | -   |
| 5.5 - Estratégia e os planos de alocação de recursos da organização e as informações cobertas por outros elementos de conteúdo       | -  | Valorizar o relacionamento com os públicos, buscando desenvolver ações que promovam a geração de valor                                    |
| 5.6 - Como sua estratégia e seus planos de alocação de recursos estão relacionados com o modelo de negócios da organização           | -  | -   |
| 5.7 - O que diferencia a organização e lhe dá vantagem competitiva e lhe permite gerar valor   | A organização possui uma estratégia que está direcionada principalmente aos pensionistas do sistema brasileiro de previdência e empregados de empresas públicas e privadas | Diferenciação em investimentos de plataformas digitais, canais de auto-serviço, inteligência artificial e outras iniciativas tecnológicas |
| 5.8 - Principais características e conclusões do engajamento com partes interessadas que foram utilizadas para formular a estratégia | -  | -   |

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

#### 4.6 Desempenho

No que tange sobre o elemento de conteúdo “Desempenho”, cuja questão norteadora é: “Até que ponto a organização já alcançou seus objetivos estratégicos para o período e quais são os impactos no tocante aos efeitos sobre os capitais?” (IIRC, 2013, p.28), o Quadro 6 descreve os elementos evidenciados nos RI.

Prática de responsabilidade corporativa sustentável: legitimidade a partir da evidenciação e do *disclosure* voluntário em instituições financeiras de acordo com o relato integrado segundo o IIRC.

**Quadro 6**– Desempenho

| Desempenho<br>Subcategorias   | Instituição  |  |
|---|--|--|
|   | Itaú Unibanco  | Bradesco   |
| 6.1 - Indicadores quantitativos relacionados a metas, riscos e oportunidades  | A empresa destaca um gráfico com informações de natureza econômica financeira                      | A empresa expõe gráficos abrangendo desde participação das atividades financeiras até lucro líquido recorrente por ação                                  |
| 6.2 - Efeitos, tanto positivos como negativos, sobre os capitais  | A empresa destaca em seu organograma de modelos de negócios o DVA com os efeitos sobre os capitais | A empresa fornece a demonstração DVA de vários períodos  |
| 6.3 - Relacionamentos com as principais partes interessadas da empresa, bem como o modo sob o qual ela atende aos interesses destas   | A empresa adota a Política Corporativa de Integridade e Ética                                      | Destacado as normas de responsabilidade socioambiental, que define os principais procedimentos nos nossos negócios, nas relações com partes interessadas |
| 6.4 - Vínculos entre o desempenho passado e o atual e entre o desempenho atual e as perspectivas da organização   | A empresa destaca uma página inteira com gráficos de desempenhos dos últimos períodos              | Através de indicadores dos seus capitais   |
| 6.5 - Medidas financeiras com outros componentes ou a narrativa que explica as implicações financeiras dos efeitos significativos sobre outros capitais e outras relações causais | -  | -  |
| 6.6 - Regulamentações que tenham um efeito significativo sobre o desempenho   | -  | -  |

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Em um total de 6 subcategorias, o Itaú Unibanco divulgou 4 subcategorias, isso representa um nível de evidenciação de 66,66%. A empresa Bradesco também divulgou 4 subcategorias, o qual totalizou um nível de 66,66 % de evidenciação para este elemento. Ambas as empresas informaram de maneira quantitativa através de gráficos seus desempenhos.

#### 4.7 Perspectiva

Para o elemento de conteúdo “Perspectiva” cuja questão norteadora é: “Quais são os desafios e as incertezas que a organização provavelmente enfrentará ao perseguir sua estratégia e quais são as potenciais implicações para seu modelo de negócios e seu desempenho futuro?” (IIRC, 2013, p.28), o Quadro 7 descreve os elementos evidenciados nos RI.

**Quadro 7- Perspectiva**

| Categoria –Perspectiva  | Instituição   |  |
|---|---|--|
|   | Itaú Unibanco   | Bradesco   |
| 7.1 - Ambiente externo  | A empresa demonstra que olhando para o setor bancário, observa importantes mudanças acontecendo especialmente no que diz respeito ao ambiente concorrencial | -  |
| 7.2 - Expectativas, aspirações e intenções  | Foi divulgado sobre seu pensamento e abordagem para a criação de valor no longo prazo que estão alinhados aos princípios expressos no relato integrado      | A empresa expõe em ter como aspiração serem líderes em performance sustentável com rentabilidade superior ao custo de capital e criação de valor crescente |
| 7.3 - Exigências legais ou regulatórias às quais a organização está sujeita para divulgação | -   | -  |

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

De um total de 3 subcategorias, o Itaú Unibanco divulgou 2 subcategorias, isso representa um nível de evidenciação de 66,66%. A empresa Bradesco divulgou 1 subcategorias, o qual totalizou um nível de 33,33 % de evidenciação para este elemento. Pois o Itaú Unibanco foi superior em relação ao Bradesco em seu índice de evidenciação, pelo fato, de ter deixado de maneira mais clara e objetiva que o Bradesco, os desafios e as incertezas.

#### 4.8 Base para Preparação e Apresentação

Em relação ao elemento de conteúdo “Base para Preparação e Apresentação” cuja questão norteadora é: “Como a organização determina os temas a serem incluídos no RI e como estes temas são quantificados ou avaliados?” (IIRC, 2013, p.28), o Quadro 8 descreve os elementos evidenciados nos RI.

**Quadro 8- Base para Preparação e Apresentação**

| Estratégias e Alocação de Recursos   | Instituição  |  |
|--|--|--|
|  | Itaú Unibanco  | Bradesco   |
| 8.1 - Descrição da base para preparação e apresentação do Relato Integrado | A empresa expõe os seus pensamentos para a criação de valor no longo prazo, estando alinhado aos princípios expressos no relato integrado                                  | A empresa reuniu na edição de 2018 as principais práticas, resultados e desafios da empresa, incluindo sua visão estratégica para o futuro |
| 8.2 - Descrição dos limites do relato e de como isto foi determinado       | A empresa dispõe que as informações foram divulgadas de maneira voluntária em acordo com os critérios estabelecidos no relatório   | -  |
| 8.3 - Resumo do método de como realiza a gestão das questões materiais     | -  | A empresa destaca seu relacionamento com as partes interessadas  |
| 8.4 - Divulgação de temas materiais  | O relatório expõe os seus relacionamentos com a sociedade é como é importante o setor financeiro, servindo indivíduos, famílias, empresas, governos e instituições cívicas | -  |
| 8.5 - Divulgação dos capitais  | Financeiro, humano, intelectual, manufaturado, natural, social e de relacionamento   | Financeiro, humano, intelectual, manufaturado, natural e social  |
| 8.6 - Horizonte temporal das perspectivas                                  | Em curto, médio e longo  | Curto, médio e longo prazo   |
| 8.7 - Agregação e desagregação   | -  | -  |

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

No total de 7 subcategorias, o Itaú Unibanco divulgou 5 subcategorias, isso representa um nível de evidenciação de 71,42%. A empresa Bradesco também divulgou 5 subcategorias, o qual totalizou um nível de 71,42 % de evidenciação para este elemento. Pois os RI das empresas forneceram informações precisas, sobre os temas pertinentes para compor dos seus relatórios.

#### 4.9 Síntese geral das subcategorias de cada elemento de conteúdo

A Tabela 1 apresenta uma síntese percentual para cada das subcategorias que compõe cada elemento de conteúdo.

**Tabela 1** - Síntese percentual para cada das subcategorias que compõe cada elemento de conteúdo

| Categorias | Subcategorias de cada elemento de conteúdo    | <i>disclosure</i> | Itaú Unibanco  | <i>disclosure</i> | Bradesco      |
|------------|---|-------------------|----------------|-------------------|---------------|
| 18         | Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo | 17                | 94,44 %        | 13                | 72,22%        |
| 08         | Governança                                    | 5                 | 62,50 %        | 6                 | 75%           |
| 18         | Modelo de negócios                            | 16                | 72,22 %        | 10                | 55,55 %       |
| 03         | Riscos e Oportunidades                        | 2                 | 66,66%         | 2                 | 66,66%        |
| 08         | Estratégias e Alocação de Recursos            | 4                 | 50 %           | 5                 | 62,50 %       |
| 06         | Desempenho                                    | 4                 | 66,66 %        | 4                 | 66,66 %       |
| 03         | Perspectiva                                   | 2                 | 66,66 %        | 1                 | 33,33 %       |
| 07         | Base para Preparação e Apresentação           | 5                 | 71,42 %        | 5                 | 71,42%        |
|            | <b>Média</b>                                  |                   | <b>68,78 %</b> |                   | <b>62,91%</b> |

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Na análise global de todos os elementos de conteúdo, percebe-se na Tabela 1, que o Itaú Unibanco possui uma média de 68,78% do nível de evidenciação, já o Bradesco apresenta uma média de 62,91%, o que evidencia certa paridade na quantidade de informações divulgadas.

As empresas, ao apresentarem o *disclosure* voluntário com informações claras, objetivas e dados minuciosos, além de responderem às pressões ambientais, advindas de órgãos reguladores, investidores, profissionais contábeis, organizações não governamentais e empresas de nível global, as quais compartilham a visão da geração de valor (Zaro, 2015), possibilitam melhorias na gestão e na comunicação corporativa sobre práticas sustentáveis (Mantovani, Jael, Lee, Bezerra, & 2017, Zaro, 2015). Como destacado por Meyer e Rowan (1977), as organizações incorporaram práticas e procedimentos institucionalizados, obtendo legitimidade e ampliando a probabilidade de sobrevivência no mercado.

A evidenciação destas informações que ultrapassam a obrigatoriedade (Murcia & Santos, 2009), pode propiciar vantagens para as empresas, como: ganho de relevância e utilidade na tomada de decisões para seus usuários (Magro, Manfroi, Cunha, & Nogueira, 2015); desperta interesse de investidores e operadores do mercado de capitais (Gomes, Luca, Vasconcelos, & Ponte, 2015); pode gerar vantagem competitiva para os investidores (Ball, 2006) e manutenção de uma imagem institucional positiva junto a clientes, fornecedores e investidores (Conceição, Baqueiro, Freire, & Brito, 2011; Thomson, 2015).

Ressalta-se que essas vantagens podem ser relacionadas com o apontado por Scott (2008), de que os pilares institucionais proporcionam legitimidade pela obediência às regras, às normas e às crenças cognitivo-comportamentais, o que pode evitar sanções, gerar orgulho e aceitação. De acordo com esse autor, normalmente observa-se a combinação dos três pilares nas instituições e quando esses encontram-se

alinhados, suas forças combinadas geram um amplo poder de legitimação, o que pode explicar os elevados índices de evidenciação das informações analisadas.

## 5 Considerações finais

O objetivo deste estudo consistiu em analisar a busca por legitimidade a partir da evidenciação do disclosure voluntário relacionado à prática de responsabilidade corporativa sustentável em instituições financeiras de acordo com o relato integrado, segundo o International Integrated Reporting Council (IIRC).

Percebe-se que ambas as instituições financeiras divulgam informações de maneira voluntária com certa paridade percentual no que diz respeito às ações relacionadas à prática de responsabilidade corporativa sustentável, prestando conta à sociedade sobre seus desempenhos e os impactos nos âmbitos econômicos, ambientais, culturais e sociais, além da exigência legal. A divulgação dessas informações pode oferecer legitimidade às organizações ao atender as expectativas de diferentes stakeholders a respeito da transparência, o que pode trazer benefícios como credibilidade e prestígio, favorecendo a sobrevivência e o sucesso organizacional.

O Unibanco apresentou um disclosure voluntário superior em três elementos, sendo eles: Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo (94,44% x 72,22%), a qual trata de informações de responsabilidade corporativa sustentável de maneira clara e objetiva; Modelo de negócios (72,22% x 55,55%) que aborda mecanismos utilizados no alcance de uma gestão ética e transparente entre as partes interessadas frente aos seus compromissos sustentáveis e Perspectiva (66,66% x 33,33%) que envolve declarações de seus desempenhos, estratégias, visões de mercado, programas de investimentos e de responsabilidades corporativas. Já o Bradesco apresentou um disclosure voluntário superior em dois elementos: Governança (75% x 62,50%), a qual aborda dados sobre como minimizar a assimetria de informação e Estratégias e Alocação de Recursos (62,50% x 50%) que objetiva melhor reputação de imagem corporativa.

As duas instituições se igualaram em três elementos: Riscos e Oportunidades, com 66,66%, o que evidencia a visão e o ganho de relevância na utilidade em tomada de decisões entre seus usuários diante dos principais riscos e oportunidades que podem afetar a organização em curto, médio e longo prazo; Desempenho, com 66,66%, o qual visa relatar os indicadores quantitativos considerados relevantes às partes interessadas, facilitando a visualização e compreensão e Base para Preparação e Apresentação, com 71,42%, a qual fornece informações sobre como os administradores divulgam as diretrizes principais para a construção dos seus relatórios de sustentabilidade corporativa.

Ao considerar que o Itaú Unibanco possui uma média geral de evidenciação dos elementos de conteúdo que compõe a estrutura conceitual do RI proposta pelo IIRC de 68,78% e o Bradesco de 62,91%, percebe-se que o Itaú Unibanco possui um disclosure voluntário com grau levemente superior ao Bradesco.

Este estudo traz contribuições em vários âmbitos: primeiramente, no acadêmico, por aproximar a teoria do disclosure voluntário, discutida na academia, com a prática de divulgação das demonstrações contábeis, cuja natureza é optativa; também no âmbito dos usuários das informações contábeis, pois contribui ao analisar a prática de responsabilidade sustentável corporativa, a qual reflete anseios dos stakeholders, os quais envolvem vários segmentos da sociedade; por fim, colabora também no âmbito corporativo, pois por meio da análise das evidenciações dos RI de duas organizações com a estrutura conceitual do RI, permite que as empresas possam rever o alinhamento de suas relações com as partes interessadas.

Dadas às contribuições indicadas, retoma-se a discussão introdutória, no âmbito corporativo, uma vez que o estudo pode proporcionar aos gestores readequarem seus modelos de negócios numa visão holística que reconhece as oportunidades, riscos e os impactos relacionados à sustentabilidade empresarial sob o enfoque social, ambiental e econômico. Portanto, o RI poderá minimizar o efeito da ausência de informações sobre indicadores de desempenho qualitativo nos relatórios contábeis. Bem como, poderá maximizar a projeção



de indicadores, pelas partes interessadas, de forma mais abrangente e não somente ancorar suas decisões em indicadores de desempenho econômico e financeiro.

O corte temporal foi transversal considerando o RI do ano de 2018, sendo assim, sugere-se, como pesquisas futuras, verificar a evolução dos mesmos sem relação a períodos futuros, podendo ser desenvolvido de forma longitudinal. Em relação às possibilidades de desenvolvimento desta temática em estudos futuros, pode ser realizada à luz da teoria institucional para o entendimento de algumas questões: mecanismos isomórficos relacionados à prática de responsabilidade sustentável corporativa, explorando a origem das influências em nível de campo, organizacional e micro (DiMaggio & Powell, 1983); também poderiam ser analisados os motivos das similaridades na divulgação do *disclosure* relacionadas.

## Referências

- Adams, S., & Simnett, R. (2011). Integrated Reporting: Na opportunity for Australia's not for profit sector. *Australian Accounting Review*, 21(3), 292-301.
- Alves, N. J. F., Kassai, J. R., Lucas, E. C., & Ferreira, H. M. G. (2017). Relato Integrado e o Formato da Informação Financeira para Evidenciar a Criação de Valor das Empresas do Programa Piloto. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, 5(3), 99-122.
- Ball, R. (2006). International Financial Reporting Standards (IFRS): pros and cons for investors. *Accounting and business research*, 36(sup1), 5-27.
- Bardin, L. (2010). *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Portugal: Edição 70.
- Bushman, R. M., & Smith, A. J. (2001). Financial accounting information and corporate governance. *Journal of accounting and Economics*, 32(1), 237-333.
- Breu, A. C. S., Zaro, E. S., Luiz, G., Bellen, H. M. V., & Vicente, E. F. R. (2016). Governança Corporativa na Estrutura Conceitual do Relato Integrado: divulgações das Empresas Brasileiras Participantes do Projeto Piloto. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, 6(2), 31-49.
- Cho, C. H., Michelon, G., & Patten, D. M. (2012). Impression management in sustainability reports: Na empirical investigation of the use of graphs. *Accounting and the Public Interest*, 12(1), 16-37.
- Conceição, S. H. D., Dourado, G. B., Baqueiro, A. G., Freire, S., & Brito, P. D. C. (2011). Fatores determinantes no *disclosure* em Responsabilidade Social Corporativa (RSC): um estudo qualitativo e quantitativo com empresas listadas na Bovespa. *Gestão & Produção*, 18(3), 461-472.
- Daub, CH (2007). Avaliando a qualidade dos relatórios de sustentabilidade: uma abordagem metodológica alternativa. *Journal of Cleaner Production*, 15 (1), 75-85.
- DiMaggio, P. J., & Powell, W. W. (1983). The iron cage revisited: Institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *American sociological review*, 147-160.
- Ferreira, D., & Rezende, M. (2007). Corporate strategy and information disclosure. *The RAND journal of economics*, 38(1), 164-184.
- Gigler, F., & Hemmer, T. (1998). On the frequency, quality, and informational role of mandatory financial reports. *Journal of Accounting Research*, 36, 117-147.
- Gomes, P. H. V., De Luca, M. M. M., de Vasconcelos, A. C., & Ponte, V. M. R. R. (2015). Fatores determinantes do *disclosure* voluntário sob o enfoque da sustentabilidade: uma análise das empresas dos países do BRIC. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 9(2), 70.
- Healy, P. M., & Palepu, K. G. (2001). Information asymmetry, corporate disclosure, and the capital markets: A review of the empirical disclosure literature. *Journal of accounting and economics*, 31(1-3), 405-440.
- Higuchi, L. N., de Campos Jr., J. J. F., Kassai, J. R., & Carvalho, L. N. G. (2015). Os princípios do *integrated reporting* presentes nas empresas da Carteira ISE. IV CSEAR South America.
- Holthausen, R. W., & Watts, R. L. (2001). The relevance of the value-relevance literature for financial accounting standard setting. *Journal of accounting and economics*, 31(1-3), 3-75.

- INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL IIRC. Consultation draft of the international <IR> Framework. 2013. Recuperado em 20 de agosto de 2019 em: <http://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2013/03/Consultation-Draft-of-the-pdf>.
- Klann, R. C., & Beuren, I. M. (2011). Características de empresas que influenciam o seu disclosure voluntário de indicadores de desempenho. *BBR-Brazilian Business Review*, 8(2), 96-118.
- Kussaba, C. T. (2015). Análise dos elementos de conteúdo do relato integrado: Itaú Unibanco e Natura-2013 e 2014. Dissertação doutorado em contabilidade. Universidade de São Paulo. SP. Brasil.
- Lanzana, A. P. (2004). Relação entre disclosure e governança corporativa das empresas brasileiras (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).
- Lenzen, M., Dey, C. J., & Murray, S. A. (2004). Historical accountability and cumulative impacts: the treatment of time in corporate sustainability reporting. *Ecological Economics*, 51(3-4), 237-250.
- Lopez P. M. F. (2004). Responsabilidade corporativa: entre o social e o regulado estudo de um setor da siderurgia brasileira. Tese de doutorado em administração. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Brasil.
- Magro, C. B., Manfroi, L., Da Cunha, P. R., & Nogueira, R. (2015). Fatores explicativos do nível de disclosure voluntário das empresas brasileiras listadas na BM&Fbovespa. *Registro Contábil*, 6(1), 92-109.
- Mantovani, F. R., Jael, A., Lee, A., Bezerra, I., & dos Santos, R. B. (2017). Relato Integrado: Uma análise da evidenciação dos capitais de uma empresa brasileira de grande porte. *Revista Eletrônica do Departamento de Ciências Contábeis & Departamento de Atuária e Métodos Quantitativos (REDECA)*, 4(1), 30-45.
- McNally, MA, Cerbone, D., e Maroun, W. (2017). Explorando os desafios de preparar um relatório integrado. *Meditari Accountancy Research*, 25 (4), 481-504.
- Meyer, J. W. (1977). and B. Rowan 1977 'Institutionalized organizations: Formal structure as myth and ceremony'. *American Journal of Sociology* 83/2: 340-363.
- Murcia, F. D. R., & dos Santos, A. (2009). Fatores determinantes do nível de disclosure voluntário das companhias abertas no Brasil. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 3(2), 72-95.
- Nagano, R. T., Kassai, J. R., Kussaba, C. T., & Carvalho, L. N. G. (2014). A Evolução dos relatórios de sustentabilidade e a necessidade da Obrigatoriedade de sua asseguaração por terceiros. IISingep. São Paulo. Brasil.
- Peixoto, N. O., & Martins, V. F. (2015). Relato integrado e a convergência com relatórios de sustentabilidade: Um estudo em empresas brasileiras. *RAGC*, 3(7).
- Raupp, F. M., & Beuren, I. M. (2009). Programas oferecidos pelas incubadoras brasileiras às empresas incubadas. *RAI-Revista de Administração e Inovação*, 6(1), 83-107.
- Reitas, B. F. G., & Freire, F. S. (2017). Relato Integrado: Um Estudo da Aderência da Estrutura Conceitual Proposta pelo IIRC no Relatório Socioambiental do Conselho Federal de Contabilidade. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 12(1), 77-92.
- Rensburg, R., & Botha, E. (2014). Está integrado relatando a bala de prata da comunicação financeira? Uma perspectiva dos stakeholders da África do Sul. *Public Relations Review*, 40 (2), 144-152.
- Ricardo, V. S., Barcellos, S. S., & Bortolon, P. M. (2017). Relatório de sustentabilidade ou relato integrado das empresas listadas na BM&Fbovespa: fatores determinantes de divulgação. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 11(1), 90.
- Scott, W. R. (2008). *Institutions and organizations*. 3. ed. Thousand Oaks: Sage.
- Suchman, M. C. (1995). Managing legitimacy: strategic and institutional approaches. *Academy of Management Review*, v. 20, n. 3, p. 571-610.
- Thomson, I. (2015). "Mas a sustentabilidade precisa do capitalismo ou de um relatório integrado", um comentário sobre "O Conselho Internacional de Relato Integrado: Uma história de fracasso" de Flower, J. *Critical Perspectives on Accounting*, 27 (1), 18-22.
- Verrecchia, R. E. (2001). Essays on disclosure. *Journal of accounting and economics*, 32(1-3), 97-180.
- Weber, M. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Universidade de Brasília, 1999.
- Yamamoto, M. M., & Salotti, B. M. (2006). Informação contábil: estudos sobre a sua divulgação no mercado de capitais. Atlas.
- Zaro, E. S. (2015). Análise comparativa de relatos integrados das empresas brasileiras a luz da estrutura conceitual. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.

## DADOS DOS AUTORES

### Pedro Junior de Oliveira Trocz

Mestrando em Ciências Contábeis da UNIOESTE

Endereço: Rua Universitária, 2069 - Sala 85 - 3º andar - Bairro Universitário

CEP 85819-110 – Cascavel/PR – Brasil.

E-mail: pedrojunior94@yahoo.com

Telefone: (45) 3220-7288

### Lucas Précoma Lorenzini

Mestrando em Ciências Contábeis da UNIOESTE

Rua Universitária, 2069 - Sala 85 - 3º andar - Bairro Universitário

CEP 85819-110 – Cascavel/PR

E-mail: lplorenzini@gmail.com

Telefone: (45) 3220-7288

### Delci Grapegia Dal Vesco

Doutora em Ciências Contábeis/Administração pela FURB

Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UNIOESTE

Rua Universitária, 2069 - Sala 85 - 3º andar - Bairro Universitário

CEP 85819-110 – Cascavel/PR

E-mail: Delcigrape@gmail.com

Telefone: (45) 3220-7288

### Silvana Anita Walter

Doutora em Administração pela PUC/PR

Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UNIOESTE

Rua Universitária, 2069 - Sala 85 - 3º andar - Bairro Universitário

CEP 85819-110 – Cascavel/PR

E-mail: silvanaanita.walter@gmail.com

Telefone: (45) 999955-2548

### Contribuição dos Autores:

| Contribuição   | Pedro Junior de Oliveira Trocz | Lucas Précoma Lorenzini | Delci Grapegia Dal Vesco | Silvana Anita Walter |
|--|--------------------------------|-------------------------|--------------------------|----------------------|
| 1. Concepção do assunto e tema da pesquisa   | √                              | √                       | √                        | √                    |
| 2. Definição do problema de pesquisa   |                                |                         | √                        | √                    |
| 3. Desenvolvimento das hipóteses e constructos da pesquisa (trabalhos teórico-empíricos) | √                              | √                       |                          |                      |
| 4. Desenvolvimento das proposições teóricas (trabalhos teóricos os ensaios teóricos)     |                                |                         | √                        | √                    |
| 5. Desenvolvimento da plataforma teórica   | √                              | √                       |                          |                      |
| 6. Delineamento dos procedimentos metodológicos  |                                |                         | √                        | √                    |
| 7. Processo de coleta de dados   | √                              | √                       |                          |                      |
| 8. Análises estatísticas   | √                              | √                       | √                        | √                    |
| 9. Análises e interpretações dos dados coletados   | √                              | √                       | √                        | √                    |
| 10. Considerações finais ou conclusões da pesquisa                                       | √                              | √                       |                          |                      |
| 11. Revisão crítica do manuscrito  |                                |                         | √                        | √                    |
| 12. Redação do manuscrito  | √                              | √                       | √                        | √                    |